

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CÉLIA PEREIRA DE LIMA RIBEIRO
CRISTINA ROCHA DA SILVA
SUZANA MARIA DE SENA FEITOSA SILVA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: um olhar para o retorno dos
discentes ao processo de escolarização

JOÃO PESSOA-PB
2016

CÉLIA PEREIRA DE LIMA RIBEIRO
CRISTINA ROCHA DA SILVA
SUZANA MARIA DE SENA FEITOSA SILVA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: um olhar para o retorno dos
discentes ao processo de escolarização

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO apresentado à disciplina de
Seminário Temático VIII, vinculada
ao Departamento de Habilitações
Pedagógicas, do Curso de Pedagogia,
no Centro de Educação, da
Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial de avaliação
da referida disciplina e da conclusão
do Curso.

JOÃO PESSOA-PB
2016

R484e Ribeiro, Célia Pereira de Lima.

Educação de jovens e adultos: um olhar para o retorno dos discentes ao processo de escolarização / Célia Pereira de Lima Ribeiro, Cristina Rocha da Silva, Suzana Maria de Sena Feitosa Silva. – João Pessoa: UFPB, 2016.
55f. ; il.

Orientadora: Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Monografia (graduação em Pedagogia - licenciatura) – UFPB/CE

1. Educação de jovens e adultos. 2. Escolarização. 3. Estudante.
I. Silva, Cristina Rocha da. II. Silva, Suzana Maria de Sena Feitosa. III. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 374.7(043.2)

CÉLIA PEREIRA DE LIMA RIBEIRO
CRISTINA ROCHA DA SILVA
SUZANA MARIA DE SENA FEITOSASILVA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: um olhar para o retorno dos
discentes ao processo de escolarização

Defendida em: 09/06/2016

Profa. Dra. Ana Paula Romão de S. Ferreira
(Orientadora)

Prof. Dr. Fábio Nascimento Fonseca
(Professor Examinador)

Prof. Dr. Marinilson Barbosa Da Silva
(Prof. da disciplina de Seminário Temático)

AGRADECIMENTOS

Por Célia Pereira de Lima Ribeiro

Agradeço, primeiramente, a Deus, o nosso Senhor, que jamais abandona uma filha fiel, por sempre guiar meus caminhos com sua mão sábia e misericordiosa, derramando bênçãos e ungindo minha cabeça com o bálsamo da grande vitória de ingressar nessa instituição e, principalmente, por ter me abençoado para concluir a graduação.

Aos meus valorosos pais, Rosete e Severino, pela desmedida dedicação aos filhos queridos, nunca deixando-lhes faltar o alimento e o conforto; pela mão firme com que construíram meu caráter, a mesma mão que também trazia alento novo nos momentos de grande aflição; e, principalmente, agradeço-lhes pelo exemplo da retidão e da honradez do trabalho simples e honesto, valores que, hoje, busco manter para trilhar meu caminho nessas sendas tortuosas.

Às minhas queridas irmãs, Maria das Neves, Ivanilda e Lenilda, que, na qualidade de irmãs mais velhas, agiram como três mães amorosas e nunca se descuidaram na criação e educação da irmãzinha, sempre me motivando a seguir o exemplo paterno e a prosseguir nos estudos.

Às minhas sobrinhas, as quais, na inocência e no espírito esperançoso e sincero apenas encontrados nas crianças, trouxeram-me a alegria e a esperança necessárias para momentos de angústia.

Ao meu amado esposo, Moacir, por compreender a importância deste sonho realizado, por saber traduzir em carinho e afeto os momentos de aflição mais pungentes, por me acompanhar nesta jornada desde os exames vestibulares, por não se impacientar e não se acabrunhar nas horas em que a amada esposa teve que se ausentar do aconchego do lar para continuar no caminho para transpor este desafio.

Aos meus amigos e amigas, que sempre deram grande incentivo para que eu pudesse concluir o curso; em especial às minhas amigas Kallyne Lygia, Suzana e Cristina pela amizade e pelo carinho.

À professora Ana Paula Romão pela sua incondicional colaboração, boa vontade, entusiasmo e maestria com que orientou este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Por Cristina Rocha da Silva

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado forças e iluminado meu caminho para que pudesse concluir mais uma etapa da minha vida;

Aos meus pais, José Rocha e Iraci Soares, os primeiros educadores na escola da vida, por todo amor que me dedicaram, à minha sogra, Terezinha de Jesus, pelo apoio em toda minha jornada.

Agradeço, especialmente, ao meu esposo, Elias Batista, pela força, carinho, paciência e dedicação nesta etapa da minha vida, não me deixando desistir e me mostrando que sou capaz de chegar onde eu desejo;

Agradeço aos meus filhos, Elias Junior e Wesley, pelos momentos de atenção e paciência que a eles foi negado; às minhas irmãs que acreditaram em mim.

À minha orientadora, professora Ana Paula Romão, pelo ensinamento e dedicação disponibilizados a esta monografia;

Às amigas que fiz durante todo o curso, pela verdadeira amizade que construímos. Sem vocês essa trajetória não seria tão prazerosa;

A essas maravilhosas guerreiras, Célia e Suzana, que juntas colaboramos para que essa pesquisa acontecesse. Quero agradecer em particular a Suzana Sena que sempre me deu força e coragem para chegar até aqui. Deixo o meu MUITO OBRIGADA por você fazer parte da minha vida. Sei que Deus vai nos ajudar para, juntas, conquistarmos outras vitórias.

Por fim, gostaria de agradecer aos amigos e familiares, pelo carinho e pela compreensão nos momentos em que a dedicação aos estudos foi exclusiva; a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado meu eterno AGRADECIMENTO.

AGRADECIMENTOS

Por Suzana Maria de Sena Feitosa Silva

Agradeço a Deus, meu criador, por ter chegado até aqui. Conhecendo o meu coração, Ele me deu todo o aparato necessário para a conclusão desta etapa na minha vida e me presenteou com uma orientadora que transcende os limites duros da academia. Ana Paula Romão foi enviada por Deus que tanto contribuiu para minha formação profissional. Sou grata pela sua paciência, pelo seu apoio, o qual recebi no momento em que mais precisei. Foi dela que recebi e ouvi palavras de ânimo, e pelo apoio em todas as minhas produções . Você Sempre fará parte da minha história.

Em especial, agradeço a meu esposo, Vamberto, amigo que sempre me apoiou em minhas decisões e me ajudou nos momentos de dificuldades. Agradeço por sua paciência e pelo imenso amor que sei que tem por mim, pois és meu amor e meu melhor amigo, sempre me dando força e acreditando em mim, mesmo nas horas de cansaço, que deixei de fazer meu papel como esposa e mãe. Obrigada por sempre estar disposto a fazer com que meus sonhos também sejam os seus, lutando junto a mim para torná-los realidade.

Também, agradeço aos meus filhos, Thaís Brenda e Vamberto Filho, que tiveram a compreensão de quando não lhes pude dar a atenção e o carinho que tanto necessitavam, mesmo assim, sempre estive presente, compartilhando cada momento deles .

Agradeço às minhas amigas, Cristina e Célia, que apareceram em minha vida, onde criamos um laço de amizade que vai além dos portões da UFPB; onde Deus vem mostrando que a nossa história ainda terá muitas páginas juntas. Muito obrigada por tudo e mais sucesso para nós!

Enfim, a todos que torcem por mim e se alegram com as minhas conquistas.

DEDICAMOS aos educandos,
educadores e demais integrantes da
equipe da Escola Manoel Faustino de
Mendonça.

LISTA DE SIGLAS

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CEB - Conselho Nacional de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAE - Conferencia Nacional de Educação

CONFITEAS - Conferências Internacionais de Educação do Século XX

EJA - Educação de Jovens e Adultos

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PBA - Programa Brasil Alfabetizado

PNAC - Política Nacional de Avaliação Civil

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEE - Portadores de Necessidades Educacionais Especiais

PROEJA - Programa da Integração da Educação Profissional para Jovens e Adultos

SEA - Programa desenvolvido para atender as pessoas adultas

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1** - NÚMERO DE ALUNOS DO SEXO MASCULINO E FEMININO
- GRÁFICO 2** - REFERENTE AO ESTADO CIVIL DOS ALUNOS
- GRÁFICO 3** - FAIXA ETÁRIA
- GRÁFICO 4** - PERCENTUAIS SOBRE A AUTO AVALIAÇÃO DOS DISCENTES, QUANTO AS APRENDIZAGENS
- GRÁFICO 5** - REPRESENTAÇÃO DO APROFESSOR NA SALA DE AULA
- GRÁFICO 6** - A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES DO IR ALÉM NOS ESTUDOS

LISTA DE IMAGENS

- FOTO 1** - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E EJA MANOEL FAUSTINO DE MENDONÇA
- FOTO 2** - A HISTÓRIA DO GATO XADREZ
- FOTO 3** - PROJETO MAIS EDUCAÇÃO OFICINA DE BANDA
- FOTO 4** - VISITA À ESTAÇÃO CIÊNCIAS: OFICINA DE MATEMÁTICA PROJETO MAIS EDUCAÇÃO

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1** - DESAFIOS QUE OS EDUCADORES/AS TEM ENFRENTADO EM SALA DE AULA
- QUADRO 2** - RECURSOS QUE SÃO OFERECIDOS E UTILIZADOS NA EJA
- QUADRO 3** - A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO NA EJA
- QUADRO 4** - FATORES QUE INFLUENCIAM A RECORRÊNCIA DA EVASÃO NA EJA
- QUADRO 5** - NÍVEL DE COMPREENSÃO DOS CONTEÚDOS APRESENTADOS AOS ALUNOS DA EJA

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: um olhar para o retorno dos discentes ao processo de escolarização” teve por finalidade analisar os impactos que os discentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Manoel Faustino de Mendonça, enfrentam ao voltarem para sala de aula. Buscamos conhecer o perfil dos alunos da EJA. A metodologia utilizada foi à pesquisa de campo, com as seguintes fases: estudo bibliográfico, documental, exploratória, observação e investigação aplicada aos educandos e professores/as da EJA, na referida Escola. Após a experiência de campo podemos afirmar que os conteúdos apresentados aos estudantes da EJA estão em consonância com as políticas públicas e o currículo real que orienta o ensino-aprendizagem, mas há vários percalços que ainda encontram-se longe de ser solucionados, haja vista, que faltam condições mínimas para o bom desempenho da tarefa de educar esse grupo de educandos. Falta estrutura física adequada, os docentes carecem, principalmente, de materiais didáticos apropriados, de cursos de capacitação/formação continuada e do reconhecimento na forma de bons salários. Já a expectativa dos educandos vai além do ler e escrever, alguns estão na busca de um emprego melhor para o sustento da família, ou seja, em busca de uma nova perspectiva de vida.

Palavras-chave: Escolarização; Estudantes; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This Work Completion of course entitled "YOUTH AND ADULT EDUCATION: a look at the return of students to the educational process" aimed to investigate analyze the impact that the students of the School of Basic Education and EJA Manoel Faustino de Mendonça, face when they return to the classroom. We seek to know the profile of the EJA students. The methodology used was the field research, with the following stages: bibliographical study, document, exploration, observation and applied research to students and teachers / the EJA, in that school. After field experience we can say that the content presented to students of EJA are in line with public policy and the actual curriculum that guides teaching and learning, but there are several pitfalls that are still far from being solved, given, lacking minimum conditions for the proper performance of the task of educating this group of students. Lack adequate physical structure, teachers lack mainly of appropriate teaching materials, training courses / continuing education and recognition in the form of good wages. Already the expectations of the students goes beyond reading and writing, some are in search of a better job to support the family, or looking for a new outlook on life.

Keywords: Education; students; Youth and Adult Education.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele.

Paulo Freire

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: contextualização histórica e políticas atuais | 17 |
| 2.1 CONTEXTO HISTÓRICO: UM BREVE HISTÓRICO DA ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL | 17 |
| 3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EJA | 22 |
| 3.1 A EJA NA LDB | 22 |
| 3.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE RESPONSABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS | 23 |
| 3.2.1 Políticas Públicas orientadas para a EJA | 23 |
| 3.3 A EJA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2001-2010/2014-2024) | 26 |
| 3.4 O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO (PBA) | 28 |
| 3.5 O PROJOVEM COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO NA MODALIDADE EJA | 30 |
| 3.6 AS EXPECTATIVAS DO PÚBLICO DA EJA | 3 |
| 4 METODOLOGIA | 34 |
| 5 ANÁLISE DOS DADOS | 35 |
| 5.1 CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA | 35 |
| 5.1.1 Ambiente Físico | 37 |
| 5.1.2 Estrutura organizacional | 38 |
| 5.1.3 Oficina de letramento do Projeto Mais Educação | 39 |
| 5.1.4 Missão | 41 |
| 5.1.5 Visão de Futuro | 41 |
| 5.2 OS IMPACTOS DOS DISCENTES DA EJA | 41 |
| 5.2.1 Experiência com a EJA | 41 |

| | | |
|-------|--|----|
| 5.2.2 | Investigando a realidade discente na Escola Manoel Faustino de Mendonça..... | 43 |
|-------|--|----|

| | | |
|-----|--|----|
| 5.3 | O OLHAR DOCENTE SOBRE O RETORNO DOS DISCENTES DA EJA À SALA DE AULA..... | 47 |
|-----|--|----|

| | | |
|---|---------------------------|----|
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
|---|---------------------------|----|

| | | |
|--|------------------|----|
| | REFERÊNCIAS..... | 53 |
|--|------------------|----|

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos discentes

APÊNDICE C – Questionário aplicado aos docentes

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa ora apresentado tem como tema a Educação de Jovens Adultos tendo como foco, de modo particular, um olhar para o retorno dos discentes ao processo de escolarização, no contexto da Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Manoel Faustino de Mendonça, na cidade de Santa Rita-PB. Como problema de pesquisa, nos indagamos sobre quais os impactos que os discentes enfrentam ao voltarem para sala de aula, na realidade específica da escola acima referida.

Esta investigação se propõe a uma reflexão sobre como a Educação de Jovens e Adultos tem sido um tema bastante polêmico no Brasil com metodologias diversas que acabam não tendo um resultado significativo, pois, a cada ano, os números trazem a evasão como o fracasso da EJA, motivo este que em nossas reflexões e atuações venhamos entender a EJA.

Diante a tantas necessidades existentes no mundo da EJA, decidimos nos aprofundar neste tema voltado para Educação de Jovens e Adultos, resolvendo algo que nos incomoda por não saber quais são os impactos que os discentes sofrem ao voltar à sala de aula. Então, inicialmente, nos inquietamos sobre a curiosidade em saber quais eram as maiores dificuldades encontradas pelos discentes em aprender os conteúdos que lhes são apresentados. Para isso, foi interessante conhecer o perfil dos alunos da EJA, levando em consideração sua jornada de trabalho, bem como as dificuldades que eles enfrentam em seus cotidianos.

Um dos motivos que nos instigou a direcionar a nossa pesquisa à Educação de Jovens e Adultos foi o fato de duas de nós termos retornado à sala de aula para terminarmos o ensino médio, tendo também enfrentado muitas dificuldades cotidianas para estarmos sala de aula. Daí, então, surgiu a curiosidade em fazermos magistério, onde pudemos ter um contato com a realidade da EJA, em que cada vez mais tivemos a consciência de que os educandos podem construir seus valores. Outrossim, esse trio de pesquisadoras, todas com ensino médio em magistério, nos aproximamos e inquietamos com essa temática que despertou uma identidade, aprofundada no campo de estágio e na realização dessa investigação.

Desta forma, elencamos como objetivo geral analisar os impactos que os discentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Manoel Faustino de Mendonça, enfrentam ao voltarem para sala de aula. E, como objetivos específicos: identificar os motivos que levaram os discentes da EJA a interromperem a frequência à escola na idade-série correspondentes, bem como os motivos que os trouxeram de volta à sala de aula; compreender

quais as estratégias utilizadas pelos discentes para o seu retorno a sala de aula; caracterizar as dificuldades enfrentadas no retorno à escola por parte destes discentes e, principalmente, levantar os impactos do retorno à escola na vida pessoal e social destes discentes.

Portanto, para melhor compreender a temática da Educação de Jovens e Adultos (EJA), procuramos elementos que nos ajudaram a responder a questão apresentada como problema nesta proposta de estudo, partindo de quais foram os motivos que os fizeram retornar a sala de aula depois de tanto tempo de interrupção dos estudos.

A relevância deste estudo para os estudantes da EJA está ancorada na possibilidade em ressaltamos o significado do retorno à escolarização, nas trajetórias históricas desses sujeitos que romperam as barreiras impostas pela sociedade.

Assim, realizamos, através deste estudo esta pesquisa, uma discussão voltada para o público da EJA, na Escola Municipal do Ensino Fundamental e EJA Manoel Faustino de Mendonça no Município de Santa Rita-PB.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: contextualização histórica e políticas atuais

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO: UM BREVE HISTÓRICO DA ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil tem início a partir da chegada dos jesuítas, com a catequização dos indígenas. O sentido da catequese esteve pautado nos interesses da sociedade colonialista, da exploração da mão-de-obra servil e, posteriormente, escravagista, e no processo de aculturação. Nesse propósito, ao mesmo tempo em que os indígenas aprenderiam a falar, rezar, ler e escrever no idioma do colonizador suprimiria a sua cultura de origem.

Em 1759, os Jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal, após a solidariedade dos mesmos, aos indígenas que resistiram a uma evidente tentativa de escravização. Iniciou-se, a partir de então a chamada laicização do ensino e o Estado passou a ofertar a instrução escolar, sem, no entanto, existir uma legislação de ensino que norteara o ensino da EJA para a grande população analfabeta já existente no Brasil colonial (ARRUDA & PILETTI, 1988).

Após a vinda da Família Real para o Brasil (1808), houve uma demanda por trabalhadores que pudessem servir a corte portuguesa e, nesse sentido, ocorreu a necessidade de ofertar mais escolas para o público local. A partir desta época foi implantado o processo de escolarização de adultos com o propósito que estes mesmos pudessem exercer o trabalho servil, servindo a realeza e também acatar as ordens, cumprir tarefas impostas pelo Estado.

De acordo com Arruda & Piletti (1988, p.165), “A realeza procurava facilitar o trabalho missionário da igreja, na medida em que esta procurava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa”.

A Primeira Escola Noturna no Brasil foi criada no ano de 1854, cuja finalidade era alfabetizar os trabalhadores analfabetos. Nos anos que se sucederam as escolas se expandiram com muita rapidez. É importante destacar que até o ano de 1874 já existiam 117 escolas, com fins específicos, ou seja, dependendo da região algumas escolas tinham a finalidade de alfabetizar indígenas e outras conscientizar colonos sobre seus direitos e deveres.

No ano de 1881 foi instituído o Decreto nº3.029, conhecida como “Lei Saraiva”. Com a promulgação dessa lei ficou estabelecido que o analfabeto não tinha mais o direito ao voto.

No século XVIII houve uma desestruturação no ensino de adultos, ocasionado pela expulsão dos jesuítas do território brasileiro.

No período de transição Império-República (1887-1897), a educação foi vista como salvadora dos problemas da nação. Neste período iniciou-se várias mobilizações em prol a educação, por exemplo, condições didáticas, pedagógicas e ampliação da rede escolar. Também surgiram as ligas contra o analfabetismo.

As discussões em torno da educação no país se intensificaram entre as décadas de 20 e 30. Principalmente durante a Revolução de 30, momento em que o país passa por mudanças na economia e na política. Ao mesmo tempo em que acontece o processo de industrialização, algumas mudanças ocorrem no âmbito da educação com o surgimento dos ideais da Escola Nova.

Em 1934 foi criado o Plano Nacional de Educação que previa o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas.

A partir da década de 40 a educação de jovens e adultos, passa por algumas transformações a partir da criação de alguns programas e iniciativas desenvolvidas com o objetivo de aprimorar a educação.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi criado para atender a necessidade de mão-de-obra da sociedade capitalista. Pois, se tinha em vista que sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial.

A criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ainda nesta década podemos destacar a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que pensava no material didático da EJA.

Em 1946 surge a Lei Orgânica do Ensino Primário que previa o ensino supletivo. Em 1947 foi criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA), programa desenvolvido para atender as pessoas adultas. Este programa tinha a finalidade de coordenar e reorientar os trabalhos dos planos do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos.

A década de 1960 foi marcada por uma enorme mobilização social em prol a educação de jovens e adultos. Surgem neste período diversos movimentos sociais. Podemos citar entre eles, o Movimento de Educação de Base, Movimento de Cultura Popular do Recife, Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Em 1964 com o Golpe Militar, todos os programas criados com o intuito de promover uma transformação social foram interrompidos. Os militares apreenderam materiais, houve detenção de dirigentes e alguns foram para exílios.

Com o objetivo de controlar as pessoas, em 1967 o governo brasileiro criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). A educação ficou restrita, pois as pessoas eram habilitadas a ler e a escrever. O MOBRAL passava a ideia de que as pessoas que não eram alfabetizadas eram responsáveis por sua situação de analfabetismo. Em 1985 o MOBRAL é extinto com a chegada da Nova República. Com a extinção do Mobral é fundado o Educar (Fundação Nacional para a Fundação de Jovens e Adultos). Logo extinto no ano de 1990.

Já na década de 1990, o Governo Fernando Collor de Mello lança o Programa de Alfabetização e Cidadania (PNAC) no período de cinco anos a partir de 1990, alegando que precisava atingir a meta de redução de 70% do número de analfabetos no Brasil.

Na década de 90 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação reafirmou a institucionalização da modalidade EJA, substituindo a denominação de Ensino Supletivo por EJA (BRASIL, 1996).

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi dado maior ênfase a Educação de Jovens e Adultos, com de criação de novos programas voltados para a Educação de Jovens e Adultos. Podemos citar o Brasil Alfabetizado, o Projovem, cujo público alvo são jovens de 18 a 24 anos com escolaridade superior à 4ª série, atualmente denominado 5º ano, o PROEJA (Programa da Integração da Educação Profissional para Jovens e Adultos) que se apresentava como um programa voltado a educação profissional técnica em nível médio.

A educação apresenta-se cada vez mais indispensável na vida dos homens e mulheres nos dias atuais, principalmente daqueles que vivem nos centros urbanos. Seja para almejar um emprego melhor, seja para alcançar uma posição mais privilegiada na empresa onde trabalha, ou mesmo por pura satisfação pessoal, preparar-se intelectualmente tornou-se imprescindível para as pessoas, ainda mais com o advento da internet e das novas tecnologias telemáticas, em que o volume de informações e a troca de conhecimentos elevaram-se a patamares incomensuráveis.

Levados pela necessidade de se posicionar nessa sociedade da informação, cada vez mais jovens e adultos estão retornando à sala de aula, cada um com sua ambição particular, seja para almejar novos empregos, seja para uma satisfação pessoal.

Tendo seu direito à educação negado na época adequada, seja pela necessidade de ajudar a família nos trabalhos em geral, seja pela falta de oportunidades ou ainda pelas dificuldades encontradas dentro e fora da sala de aula, esses jovens e adultos tentam retomar seus estudos e, com isso, alcançar o futuro almejado.

A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários (PAIVA, 1973, p. 16).

De acordo com o Caderno 1 da Coleção Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, Alunos e Alunas da EJA, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), vinculada ao Ministério da Educação (MEC):

Sabemos que a procura de jovens e adultos pela escola não se dá de forma simples. Ao contrário, em muitos casos, trata-se de uma decisão que envolve as famílias, os patrões, as condições de acesso e as distâncias entre a casa e escola, as possibilidades de custear os estudos e, muitas vezes, trata-se de um processo contínuo de idas e vindas, de ingressos e desistências. Ir à escola, para um jovem ou adulto, é antes de tudo, um desafio, um projeto de vida.

Retornar à sala de aula não é tarefa fácil. Muitos daqueles que decidem retomar os estudos desempenham alguma atividade laborativa e já possuem filhos, tendo, portanto, uma dupla jornada. Não por acaso, boa parte desses adultos já são aposentados.

Outra tarefa bastante dura é manterem-se frequentando a sala de aula. Muitos fatores colaboram para novas desistências e aparecem como verdadeiros empecilhos para a retomada dos estudos. As principais condições que levam os jovens e adultos que decidiram voltar a estudar a desistir são: *a) a condição sócio-econômica* – a imensa maioria das pessoas que formam o quadro de excluídos do direito à educação faz parte das categorias menos abastadas da sociedade, tendo poucas condições de manter os estudos e de praticar alguma atividade de lazer; *b) a baixa auto-estima* – o insucesso nos estudos no passado faz com que o retorno deste aluno à sala de aula na idade adulta tenha sua auto-imagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal.

Um dos principais personagens desta mudança de paradigma é o professor. Por muito tempo, o professor esteve em sala de aula com o objetivo de apenas repassar conteúdos para seus alunos. No caso da EJA o quadro se agrava ainda mais. Ainda hoje, muitos acham que a EJA se resume a alfabetizar aqueles que não tiveram o privilégio de estudar na idade adequada, encarando a alfabetização como o fim desta educação especial.

Sobre o tema, assim se posicionou Paulo Freire: “O educando se torna realmente educando quando e na medida em que conhece, ou vai conhecendo [...], e não na medida em que o educador vai depositando nele a descrição dos objetos, ou dos conteúdos”. (FREIRE, 1992, p.47)

Na sua obra “Ação Cultural para a Libertação”, Paulo Freire, tratando sobre esta forma obsoleta de alfabetizar, a define da seguinte forma: “A alfabetização, assim, se reduz ao ato

mecânico de “depositar” palavras, sílabas e letras nos alfabetizandos. Este “depósito” é suficiente para que os alfabetizandos comecem a “afirmar-se”, uma vez que, em tal visão, se empresta à palavra um sentido mágico” (FREIRE, 1981, p. 11).

Ratificando o que afirmou o ilustre educador retro citado, a educadora Ana Paula Bastos Arbache também defendeu uma educação mais participativa.

É necessário superar a idéia de que a EJA se esgota na alfabetização, desligada da escolarização básica de qualidade. É também necessário superar a descontinuidade das ações institucionais e o surgimento de medidas isoladas e pontuais, fragmentando e impedindo a compreensão da problemática. É preciso desafiar o encaminhamento de possíveis resoluções que levem à simplificação do fenômeno do analfabetismo e do processo de alfabetização, reduzindo o problema a uma mera exposição de números e indicadores descritivos. Visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a ela recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional (ARBACHE, 2001, p. 22).

Paulo Freire já militava neste tema há mais de 50 anos. Para o insigne educador, esta forma de educar é extremamente aprisionadora, alienante e não colabora em nada para a educação do país. Para que a EJA tenha realmente resultados promissores, segundo Paulo Freire, é necessária uma maior participação do educando na elaboração das aulas, bem como que os educadores abordem temas que se coadunem com a realidade dos educandos. Utilizar-se de frases sem sentido e que não despertem a curiosidade e nem agucem o senso crítico do educando, afastando-o da realidade em que está inserido, inexoravelmente o tornarão mero espectador dos caminhos trilhados pela sociedade.

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. (FREIRE, 2002, p. 58)

Desta forma, educador e educando tem que caminharem juntos na construção do conhecimento. O educador não se pode olvidar da experiência de vida, da riqueza cultural e de saberes dos alunos. Não se pode tratar o aluno adulto da mesma forma que se trata uma criança, é preciso aproveitar os conhecimentos acumulados na trajetória de vida de cada aluno e, principalmente, utilizar conteúdo que possam ser aproveitados pelo educando no seu dia-a-dia, seja no trabalho ou em casa.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EJA

3.1 A EJA NA LDB

De acordo com a Lei de Diretrizes de Bases (LDB) 9.394/96, art. 37º, parágrafos I, II afirmar que os jovens e adultos da modalidade EJA, que por algum motivo não frequentou a escola na idade regular, terá o pleno direito a uma educação gratuita e de qualidade. Que será de responsabilidade dos poderes públicos criar estratégias, para permanência desses indivíduos no âmbito escolar.

Art. 37. A *educação de jovens e adultos* será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão *gratuitamente aos jovens e aos adultos*, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o *acesso e a permanência do trabalhador na escola*, mediante ações integradas e complementares entre si.

Uma das inovações introduzidas pela LDB foi reduzir a idade mínima para conclusão dos exames supletivos de ensino fundamental e médio para 15 e 18 anos (antes, as idades mínimas exigidas eram, respectivamente, 18 e 21 anos). Como a LDB não foi específica, coube ao Conselho Nacional de Educação (CNE) criar normas sobre a duração mínima dos cursos e a idade mínima de ingresso, bem como fixar Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Essas determinações legais implicaram grandes desafios às três esferas de governo, cujas políticas deveriam orientar-se pela Lei nº 10.172, de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). A introdução do Plano inclui, entre as prioridades maiores, a garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.

3.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE RESPONSABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

3.2.1 Políticas Públicas orientadas para à EJA

Com o amadurecimento das ações, na modalidade Educação Jovens e Adultos, as políticas públicas buscam medidas legislativas que ainda precisa ser analisada para uma aprendizagem ao longo da vida.

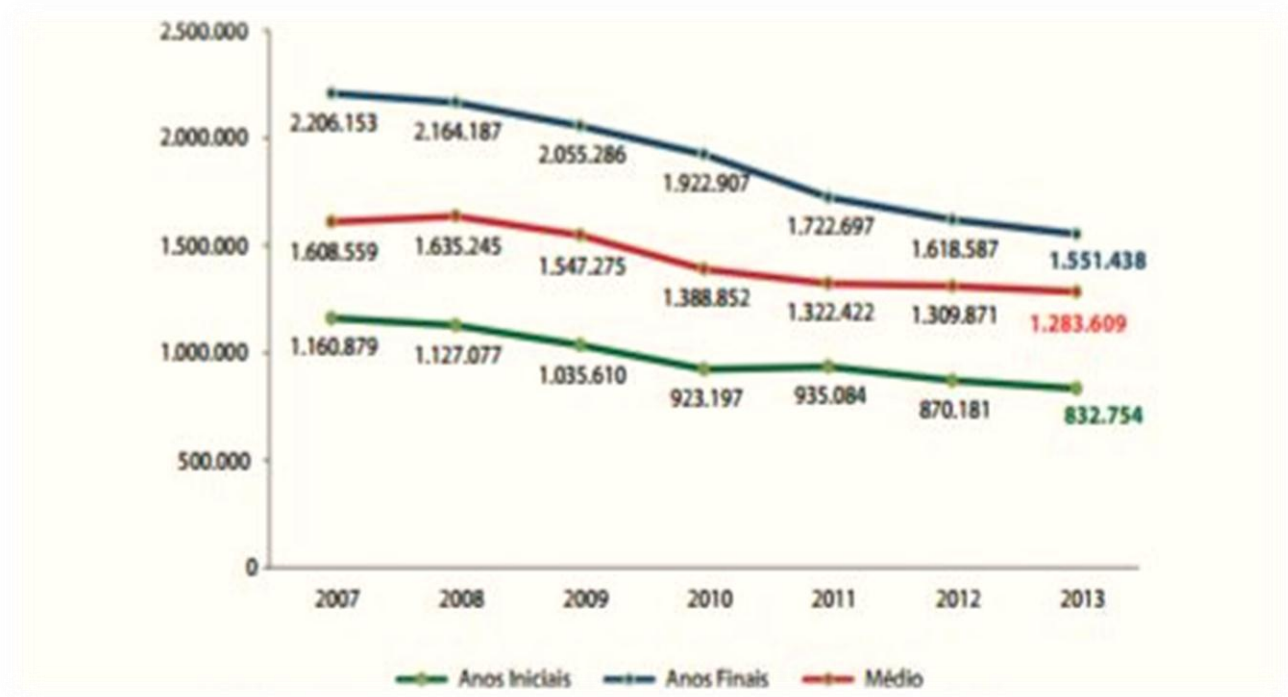
Vale salientar o acúmulo de discussão fomentada nas cinco Conferências Internacionais de Educação do Século XX (CONFITEAS), em que muitos projetos, ideias e recomendações serviram de base para elaboração de políticas educacionais voltadas para a EJA, de forma a considerar uma perspectiva da educação “ao longo da vida”:

Analisando as CONFITEAS, nota-se haver um discurso norteador que aparece na III e IV CONFITEAS e ganha força na V CONFITEA, a saber, o discurso da educação ao longo da vida. O discurso norteador da V CONFITEA explicita uma visão redentora da educação como se esta por si só fosse o fator fundamental para a transformação da sociedade (MARTÍNS, 2016, p. 151).

Duas décadas já se passaram desde a promulgação da LDBEN - Lei nº. 9.394/96, em que a EJA se legitima como modalidade de ensino, e dezesseis anos desde a aprovação do Parecer 11/2000 da CEB/Conselho Nacional de Educação, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e os sistemas de ensino continuam tentando promover as mudanças necessárias que atendam as exigências legais e sociais.

Tendo vista da mobilização, das políticas nacionais e internacionais que buscam melhorias para a EJA. É importante observar a realidade desse grupo em números específicos, através dos dados do INEP (2013), que mostram que o número de matrículas na EJA, vem diminuindo nos últimos sete anos, como apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 10: Matrículas na EJA no Brasil (2007 – 2013).



Fonte: MEC/Inep/DEED, 2013.

Ao analisarmos os números, nos deparamos com duas indagações: o número de matrículas está em queda devido a minimização da procura pelo ensino nessa modalidade em razão da conclusão do curso da maioria desses alunos, ou a demanda dos que ainda não dispõem do ensino completo na EJA vem diminuindo nesse período?

Embora o índice do analfabetismo de 2004 para 2012 caia de 11,5% para 8,7%, respectivamente, é imprescindível as ações de democratização do acesso e inclusão dessa demanda que, no ano de 2012, representa, ainda, 1,2% do total da população com idade maior ou igual a 15 anos (BRASIL, 2012). Ou seja, o número de matrículas vem diminuindo e resulta na possível conclusão dos estudos desses alunos na EJA. Nesse sentido, fica clara a necessidade que os indivíduos das classes populares, que não estiveram acesso a escola na faixa etária regular, consigam ser incluídos e que possam permanecer e concluir seus cursos, para, assim, alcançar outros níveis educacionais. Ou seja, necessárias são as ações no ensino básico que possam incentivar a educação ao longo da vida desses sujeitos, na perspectiva de estimular um futuro ingresso na Educação Superior. Para viver em sociedade, alcançar oportunidades no mercado de trabalho e melhorando sua autoestima, e condições de vida é necessário dispor de um nível educacional que possibilite o indivíduo a atuar como cidadão. Durante décadas, as lutas em prol da educação das classes populares, da conscientização desses indivíduos, da libertação, do direito à escolha, da busca pela emancipação (FREIRE,

1974) foram se expandindo por todo o país. A EJA como uma modalidade de educação com caráter profissional, como educação que valorize as heranças culturais e uma educação ao longo da vida, é uma conquista do povo que, por décadas, foi privado do direito a uma educação que centralizasse o homem como ser humano, e não como trabalhador.

Os sujeitos advindos da EJA, que ultrapassam as barreiras sociais durante a sua trajetória escolar, rompem com os elos culturais e com a influência familiar, como exemplifica Bourdieu (2002, p.41):

Um jovem de camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de um operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores às daquelas de um jovem de classe média.

Os movimentos populares defendem a conscientização do indivíduo que, em meio às dificuldades, pode modificar a sua realidade em benefício individual em paralelo com o coletivo. Segundo Freire (1976, p. 133):

A história não faz nada, não possui nenhuma imensa riqueza, não liberta nenhuma classe de lutas: quem faz tudo isso, quem possui e luta é o homem mesmo, o homem real, vivo; não é a história que utiliza o homem como meio para trabalhar os fins – como se tratasse de uma pessoa à parte – pois a história não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos.

Apesar do homem ser o transformador da sua própria história e de contribuir diretamente com o desenvolvimento do país, a sua lutando vem ao longo de décadas para ocupar seu lugar na sociedade. Buscando o empoderamento pessoal, social, e estender o olhar para além de um ensino mecanizado, e estar como ensino formal não impede de usar a cultura como instrumento educativo. Entretanto, é necessário perceber que a trajetória de muitos sujeitos da classe popular têm suas particularidades devido à influência social, cultural e econômica que resultam em sua exclusão.

3.3 A EJA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2001-2010/2014-2024)

Para podermos entender os objetivos do atual plano plurianual da educação e para termos uma perspectiva do quadro educacional que poderemos encontrar nos anos vindouros, faz-se necessária uma retrospectiva do primeiro decênio do PNE (2001 – 2010).

Apesar de quase a totalidade do período compreendido pelo plano ter se dado no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), ou seja, 8 dos 10 anos, é prudente fazermos uma avaliação das circunstâncias de que resultaram a elaboração da Lei 10.172/2001, que instituiu o PNE.

Os acontecimentos sócio-políticos ocorridos no período compreendido entre os anos de 1996 e 2001 foram decisivos para a consolidação do PNE. No ano de 1996, os direitos educativos dos jovens e adultos ao ensino adequado às suas necessidades e condições de aprendizagem, bem como foi estabelecida a responsabilidade dos poderes públicos na identificação e mobilização de demandas, na provisão de ensino fundamental gratuito e apropriados foram assegurados pela Lei n. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Ainda em 1996, com a vigência da Lei n. 9.424/96, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), seguindo uma política de redefinição dos papéis do Estados e de contenção dos gastos do governo federal instituída no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), a responsabilidade pelo ensino fundamental para crianças e adolescentes foi transferida para os municípios e o financiamento para o custeio e oferecimento de novas vagas se daria pelos fundos de financiamento em cada unidade da federação, previstos na citada lei. Contudo, por força de veto presidencial, a previsão do financiamento dos cursos da EJA pelo FUNDEF foram retirados da Lei n. 9.424/96, ficando a cargo dos governos estaduais e municipais o financiamento dos cursos da EJA através dos fundos de financiamento que não estivesse incluídos no FUNDEF. Diante disso, os gestores das políticas educacionais julgaram os investimentos em EJA pouco efetivos.

A colaboração para a EJA do governo Fernando Henrique Cardoso se restringiu aos programas Alfabetização Solidária (PAS) e Recomeço, os quais ficaram restritos aos estados com maior índice de analfabetismo encontrados na região Norte e Nordeste.

Na proposta levada ao Congresso em 1998, apesar da previsão do direito a educação continuada e o incentivo a educação de jovens e Adultos, a EJA continuou em segundo plano em relação ao ensino de outras faixas etárias.

O PNE, em suas diretrizes prioriza a atenção ao direito público subjetivo dos jovens e adultos ao ensino fundamental público e gratuito. No capítulo sobre a EJA enuncia 26 metas a serem alcançadas, dentre as quais se destacavam cinco objetivos: 1) alfabetizar, em cinco anos, dez milhões de pessoas, de modo a erradicar o analfabetismo em uma década; 2) assegurar, em cinco anos, a oferta do primeiro ciclo do ensino fundamental a metade da população jovem e adulta que não tenha atingido esse nível de escolaridade; 3) oferecer, até o final da década, cursos do segundo ciclo do ensino fundamental para toda a população de 15 anos ou mais que concluiu as séries iniciais; 4) dobrar, em cinco anos, e quadruplicar, em dez anos, a capacidade de atendimento nos cursos de EJA de nível médio; 5) implantar ensino básico e profissionalizante em todas as unidades prisionais e estabelecimentos que atendem a adolescentes infratores.

O PNE (2014/2024) Lei nº 13.005/2014, determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. Podemos destacar entre as diretrizes deste programa a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação. Ressaltamos que entre essas metas a serem alcançadas pelo PNE está a universalização do ensino básico até o ano de 2016. Busca garantir o direito a uma educação de qualidade, proporcionando o acesso de todos a educação.

Os desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas e pelo novo PNE no processo de efetivação, nos leva, a refletir e ter esperança de que alguns dos antigos desafios como a erradicação do analfabetismo no nosso país seja alcançada e que os direitos educativos dos jovens e adultos sejam assegurados neste novo PNE.

Já há tempos os estudiosos salientam a necessidade de superar as abordagens setoriais que pretendem vencer o analfabetismo e a reduzida escolaridade da população sem atuar conjuntamente sobre as condições estruturais de exclusão política, socioeconômica e cultural que geram e reproduzem tais fenômenos (SOARES, 1990; GLEACE, 2009 *apud* DI PIERRO, 2016, p. 953).

Com o projeto de lei nº 8.035/2010 os desafios educacionais identificados pelo Conselho Nacional de Educação, portaria CNE\CP Nº10\2009 (BRASIL, 2009). Com relação ao primeiro desafio, o CNE aponta a extinção do analfabetismo, inclusive o analfabetismo funcional.

A lei Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, estabelece algumas metas do PNE a serem alcançadas. Entre essas metas podemos destacar duas delas que indicam ações concretas e visam extinguir o analfabetismo absoluto,

como também reduzir o analfabetismo funcional. Vejamos abaixo duas metas que são fundamentais no combate ao analfabetismo:

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Dessa forma, compreendemos as metas do novo PNE como importantes passos para a melhoria da qualidade do ensino da EJA, se conseguirem ser alcançadas.

3.4 O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO (PBA)

Buscando a universalização da educação básica o Ministério da Educação no Brasil ampliou e fortaleceu um conjunto de políticas voltadas especificamente para os grupos sociais historicamente excluídos que não se beneficiaram da expansão do sistema educacional nas últimas décadas. Em 2003, durante o primeiro governo de Luis Inácio Lula da Silva, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria o ponto primordial do governo, buscando erradicar o analfabetismo ao longo do primeiro mandato, organizando assim o Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

O Governo Lula (2003-2010) trouxe para EJA uma perspectiva de valorização para modalidade de jovens e adultos, com a criação deste programa promoveu uma educação continuada desenvolvida para atender todo território nacional por meio de transferências de recursos financeiros na busca de combater a desigualdade social.

O PBA recolocou a alfabetização de jovens e adultos, como prioridade na agenda educacional do nosso país, adotando assim uma concepção de política pública, reconhecendo e afirmando o dever do Estado de garantir a educação como direito de todos. Sendo assim, a alfabetização de jovens e adultos deixou de ser vista como uma ação periférica e compensatória e passa a se constituir como eixos estratégicos da política educacional do país. O Programa Brasil Alfabetizado foi criado pelo Governo Federal e desenvolvido pelo MEC em 2003, com proposta de alfabetizar jovens, adultos e idosos que por diversos motivos se encontram em estado de analfabetismo. O PBA foi desenvolvido em todo o país, porém tendo o maior enfoque na região nordeste onde até hoje existe a maior concentração de analfabetos.

Para que tenha uma melhor qualidade no desenvolvimento do processo do programa é solicitado pelo MEC que os alfabetizadores do programa sejam preferencialmente professores que já estejam atuando na rede pública, porém qualquer pessoa que tenha concluído o ensino médio pode estar atuando no programa, pois a formação é oferecida pela prefeitura e/ou secretaria estadual onde deve ser feito um cadastramento prévio dos interessados.

De acordo com a Resolução CD/FNDE N° 32 DE 1° DE JULHO DE 2011, os cursos de alfabetização devem durar de 6 a 8 meses tendo a variação na carga horária, sendo o de seis meses a carga horária mínima de 240 horas, o de sete meses a carga horária mínima de 280 horas e o de oito meses com a carga horária mínima de 320 horas.

O PBA teve três momentos de modificações, ou seja, de reestruturação, buscando sempre uma melhor forma de alfabetizar os jovens e adultos, se unindo e fazendo parcerias à órgãos do governo em prol da educação.

Na primeira versão (2003 – 2004), o Programa realizou-se por meio das parcerias com estados, municípios e Distrito Federal e convênios com entidades da sociedade civil, com recursos repassados diretamente as instituições públicas, após aprovação de seus projetos de alfabetização e cadastramento de alfabetizandos e alfabetizadores, além do credenciamento junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e de convênios, em se tratando de entidades privadas. Visando a experiência dos diversos parceiros e o respeito à diversidade das realidades locais. Em relação ao financiamento das atividades se dava por um período de seis meses, envolvendo a formação do alfabetizador e a remuneração do alfabetizador, diferenciada segundo o quantitativo de alunos.

As instituições parceira eram responsáveis pela capacitação dos alfabetizadores, a inscrição dos alunos e a organização do trabalho, as instituições também podiam se valer do método de alfabetização que julgasse adequado a sua realidade, agora que deveria ser garantido era que os alunos fossem capazes de ler, escrever, compreender e interpretar textos e realizar as operações matemáticas básicas. O tempo para o processo de alfabetização era de seis meses de financiamento. As turmas deveriam ter de 15 a 25 alunos e carga horária seria de duas horas, ou seja, dez horas aula/semana.

Na segunda versão (2004-2006) o MEC cria a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) voltada à coordenação das políticas de alfabetização e de EJA que teve a intenção de ampliar o foco da alfabetização, com vista à continuidade de estudos dos alunos, ou seja buscando uma perspectiva inclusiva. Um dos avanços do programa também nesse momento foi à avaliação do processo de alfabetização dos alunos

com os testes cognitivos, o tempo de alfabetização que era de seis meses passou oito meses e a carga horária também aumentou para 240 a 320 horas.

E em 2007 o PBA foi renovado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como prioridade de atendimento a região Nordeste, por concentrar ainda um alto índice de analfabetismo e o PBA passar a ter mais ainda o fluxo de continuidade. A criação de um sistema online de informações relativa ao Programa com revisão de metas, estratégia e formação de ações em todo país também é um ponto muito positivo e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) que depois foi incorporado como o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLA-EJA).

[...] Há constâncias que merecem a atenção das pesquisas e das políticas públicas: por décadas esses jovens e adultos são os mesmos, pobres, oprimidos, excluídos, vulneráveis, negros, das periferias e dos campos. Os coletivos sociais e culturais a que pertencem são os mesmos. Essas constâncias históricas têm sido mais determinantes na história da sua educação do que a indefinição, imprevisão e diversidade de atores, de ações, espaços e intervenções [...] (ARROYO, 2005, p. 33).

É necessário enfatizar que o Programa Brasil Alfabetizado tem como objetivo geral diminuir ao máximo o analfabetismo dos jovens a partir dos 15 anos, como também dos adultos e dos idosos, dando oportunidade para que a educação e escolarização sejam exercidas ao longo da vida, reconhecendo também o processo educacional como direito de cidadania.

3.5 O PROJOVEM COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO NA MODALIDADE EJA

Em 2005, foi criado o programa Projovem no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Inicialmente, este Programa era voltado para jovens de 15 a 17 anos. Entretanto, em setembro de 2007, o Projovem foi reformulado e posteriormente regulamentado pela Lei Nº 11.629, de 10 de junho de 2008, passando a atender jovens de 15 a 29 anos em quatro modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Trabalhador, Projovem Urbano e Projovem Campo. (BRASIL, 2016)

O Projovem Adolescente é voltado para jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial, como o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, ou ainda jovens sob medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O ProJovem Campo Saberes da Terra proporciona ao jovem agricultor de 18 a 29 anos qualificação profissional e oportunidade de concluir o ensino fundamental, ampliando o acesso e a qualidade da educação oferecida àqueles que não freqüentaram a escola na idade correspondente.

Projovem Trabalhador é um programa de qualificação de pessoas com idade entre 18 e 29 anos realizado por meio de convênio com o Governo Federal. Busca oferecer maiores oportunidades de emprego a jovens que estão fora do mercado de trabalho e do ensino superior.

Programa Projovem Urbano tem como objetivo elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental.

Conforme previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, este programa possibilita aos educandos a oportunidade de concluir esta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso.

Cabe ao Governo Federal oferecer apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e o Distrito Federal para a oferta e o desenvolvimento de cursos do Projovem Urbano, conceder auxílio financeiro mensal aos jovens beneficiados pelo programa, durante os 18 meses de desenvolvimento do curso, no valor de R\$100,00, condicionado a 75% de presença deste jovem nas atividades presenciais e a entrega de trabalhos pedagógicos.

3.6 AS EXPECTATIVAS DO PÚBLICO DA EJA

Como já foi mencionado, o público da EJA, são adolescentes, adultos e idosos onde buscam a escola como uma possibilidade de recuperar o “tempo perdido”.

Os alunos e alunas da EJA trazem consigo uma visão de mundo influenciada por seus traços culturais de origem e por sua vivência social, familiar e profissional. Podemos dizer que eles trazem uma noção de mundo mais relacionadas ao ver e ao fazer, uma visão de mundo apoiada numa adesão espontânea e imediata às coisas, que vê. Ao escolher o caminho da escola, a interrogação passa a acompanhar o ver desse aluno, deixando-o preparado para olhar. Aberto à aprendizagem, eles vêm para a sala de aula com um olhar que é, por um olhar receptivo, sensível, e, por outro, é um olhar ativo: olhar curioso, olhar que investiga, olhar que pensa (BRASIL, 2006).

Diante disso, podemos afirmar que é de grande importância para o bem estar dos alunos construir uma escola na qual professores e alunos encontrem-se como sujeitos com a tarefa de provocar e produzir conhecimentos. Conhecimentos sustentados na perspectiva

daqueles que aprendem, relativos aos saberes diversos e que contribuam, efetivamente, para vida dos alunos.

Desta forma, compreendemos que “Os jovens e adultos buscam na escola, sem dúvida, mais do que conteúdos prontos para serem produzidos. Como cidadãos e trabalhadores que são, esses alunos querem se sentir ativos, participativos e crescer cultural, social e economicamente (BRASIL, 2006)”. Segundo, o documento mencionado, o jovem está motivado pelo futuro, buscando-o nas inovações tecnológicas.

O adulto como está no mundo do trabalho a sua inspiração principal é o mercado de trabalho, e já para o idoso, a perspectiva é a busca cidadania. Porém, essa última aspiração não pertence apenas ao idoso, mas perpassam as três faixas-etárias, pois cada objetivo colocado pelo autor e respectivas faixas-etárias, leva, sem dúvida, a conquista da cidadania e a um espaço na vida como um ser reconhecido. E, portanto, valorizado e atuante dentro de suas escolhas podendo atuar de forma crítica e participativa nas decisões. Acreditamos que esse desejo esteja explícito no primeiro momento. Mas, se a escola traz um currículo que favoreça o contexto de suas vidas, certamente, estará fortalecendo o aspecto de cidadania em todas as fases de sua vida (OLIVEIRA, 2004).

A visão de mundo de uma pessoa que retoma aos estudos depois de adulta, após um tempo afastado da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida, é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. São homens que chegam à escola com crenças e valores já constituídos (BRASIL, 2006).

A expectativa do retorno à escolarização está potencialmente entrelaçada aos desejos antigos e futuros de realizações. Consumações que só se concretizaram se houver condições concretas específicas no processo de ensino-aprendizagem. É necessário entender que:

Durante muito tempo, a psicologia esteve centrada nos processos de desenvolvimento de crianças e adolescentes, pois compreendia que o desenvolvimento terminava com o fim da adolescência e que esta etapa representava o auge do desenvolvimento humano. Entendia-se que na idade adulta as pessoas se estabilizavam e na velhice se deterioravam. Estudos recentes contrariam esta concepção porque indicam que o desenvolvimento psicológico é um processo que dura toda a vida e que a idade adulta é rica em transformações. Os adultos possuem mais experiência que os adolescentes e podem ter acumulado uma maior quantidade de conhecimentos. Talvez sejam menos rápidos, mas podem oferecer uma visão mais ampla, julgar melhor os prós e os contras de uma situação e ter boa dose de criatividade (BRASIL, 2002, p.4-5).

Diante disso, e a partir de nossas observações iniciais podemos afirmar que as expectativas dos alunos idosos, são as seguintes: Fazer o nome; ajudar os filhos; ler a Bíblia; aprender a cada dia; como lazer e troca de experiência; fazer amizade; melhorar a escrita;

mudar de profissão; para recuperar o tempo perdido; ativar o corpo e a mente; ou melhor, o desejo de querer aprender mesmo.

4 METODOLOGIA

O presente estudo insere-se numa abordagem qualitativa, do tipo Pesquisa de Campo. Compreendemos que:

O trabalho de campo consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa. Essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação (**aplicação de questionários**), e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros (MINAYO, 2008, p. 26). (**Grifo nosso**).

Sendo assim, a pesquisa de campo foi realizada na instituição de ensino, Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Manoel Faustino de Mendonça, na cidade de Santa Rita-PB. A pesquisa qualitativa possibilitou o contato direto, e de longa duração do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada. Aproveitamos o campo de estágio e articulamos os saberes apreendidos com o aprofundamento em nossa temática, cujo fenômeno investigado foi a EJA.

O tipo de pesquisa, quanto aos objetivos, foi a Pesquisa Exploratória, haja vista que a caracterização inicial do problema, sua classificação e definição do fenômeno se coadunam com esta proposta.

Quanto às etapas, se debruçou inicialmente, na Pesquisa Bibliográfica, na qual recuperamos o conhecimento acumulado sobre o problema proposto. Posteriormente, nos debruçamos na pesquisa documental, no tocante, a legislação educacional e, por fim, a etapa final da pesquisa de campo, em que aplicamos os instrumentos de observação, coleta e análise dos dados.

O método de coleta de dados que foi utilizado foi a aplicação de questionário específico para 02 (dois) educadores e, outro, para 10 (dez), educandos, da citada instituição de ensino.

A nossa análise dos dados foi do tipo explicativa, articulando uma interpretação temática das respostas dos sujeitos investigados.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Manoel Faustino de Mendonça estão localizadas na Avenida Amnares Guedes Santiago S/N no conjunto residencial Heitel Santiago na cidade de Santa Rita_ PB e oferece nível fundamental a 596 (quinhentos e noventa e seis) alunos, distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite, sendo educação infantil e fundamental I II nos turnos manhã e tarde e a educação de jovens e adultos_ EJA no horários da noite.

A escola em referência acolhe uma diversidade de aluno natural do bairro onde está localizada, bem como das comunidades vizinhas. Em meio á diversidade do alunado, diversas sociais, raças, com pouco acesso á informação, ainda são acolhidos os alunos portadores de necessidades educacionais especiais (PNEE). São alunos que apresentam distúrbios de comportamento, dificuldades de aprendizagem, deficiências auditiva, física e mental entre outras. Por ser uma escola caracterizada inclusiva ela precisa atender as especificidades de todo o corpo discente, requerendo com isso, qualificação e capacitação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, desde a direção administrativa até o segurança. A escola Manoel Faustino de Mendonça está entre as primeiras escola da cidade de Santa Rita a ofertar a Educação de Jovens e Adultos.

Atualmente ela oferece 156 (cento e cinquenta e seis) vagas para a EJA no turno noite, que em sua maioria é composta por pais de alunos. A escola precisa oferecer atrativa a esse público, pois a evasão é grande devido aos meios de sobrevivência desse alunado, que precisam trabalhar durante toco o dia, e muitas vezes em serviços braçais, os quais requerem muito esforço físico, acarretando o cansaço e a desmotivação para a frequência e permanência em sala de aula.

O corpo docente, técnico e administrativo da escola em análise são compostos por profissionais qualificados e com formação específica para os cargos, contribuindo para o bom funcionamento da escola, embora tenhamos observado uma "distância" entre os próprios profissionais no que diz respeito a integração dos mesmo para a aplicação da interdisciplinaridade e envolvimento nas ações pedagógicas que abranjam toda a escola.

Observamos a organização da escola e acreditamos que há um grande empenho da diretora e toda a sua equipe em melhor atendimento aos que precisam da escola, como também em mantê-la viva e sempre em busca de qualidade. Aspecto que é demonstrado nas

diversas ações pedagógicas e projetos que são frequentemente construídos e praticados nesta escola, levando o aluno a ser um agente ativo no processo grandioso que é ensinar-aprender, ou seja, a escola Manoel Faustino de Mendonça que deseja que os seus alunos possam se tornar cidadãos críticos e participativos na construção de uma sociedade justa e igualitária. O público atendido nessa escola, em toda sua diversidade, consiste em experiências e histórias de vida que revelam no ambiente escolar possibilidades de levar os alunos a compreenderem o mundo em que vivem e intervir na realidade. Inclusive, esse é um dos eixos da proposta pedagógica da Escola.

Durante a nossa visita técnica, na Escola Manoel Faustino de Mendonça podemos destacar muitos pontos positivos como:

- a) Conselho educacional ativo e participativos nas decisões e medidas que a escola precisa tomar, além de ser composta por todos que fazem a comunidade escolar (professores, pais, alunos, comunidades e etc.);
- b) Equipe técnica especializada composta por coordenadoras;
- c) Projeto MAIS EDUCAÇÃO que trabalha com diversas oficinas como: banda Marcial, oficina de letramento e matemática, capoeira e danças
- d) Ações pedagógicas com temas: trânsito, meio ambiente, sexualidade, drogas, frequência escolar e bullying;
- e) Inclusão de aluno com deficiência física

Na foto abaixo, visualizamos a Escola, de forma frontal. Na ocasião, ainda sem pintura. Atualmente, a mesma já foi recuperada, no tocante a algumas necessidades estruturais mais urgentes.

FOTO 1 – ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E EJA MANOEL FAUSTINO DE MENDONÇA



Fonte: Arquivo pessoal das pesquisadoras. Coletado no campo-estágio em EJA. Santa Rita-PB, 2012.

5.1.1 Ambiente Físico

A estrutura física apresenta-se da seguinte forma:

- 1 (uma) Diretoria;
- 1 (uma) Supervisora
- 1 (uma) Secretaria;
- 10 (dez) Salas de aulas;
- 1 (uma) Sala de recuso;
- 1 (uma) Sala de informática;
- 1 (uma) Sala dos professores;
- 1 (uma) Sala do Mais Educação
- 1 (uma) Cozinha;
- 1 (uma) Dispensa para merenda;
- 1 (um) Auditório;

- 1 (uma) Quadra de esporte (inacabada)
- 2 (dois) Banheiros com cinco divisórias
- 1 (um) Banheiro para funcionários;
- 1 (uma) Biblioteca.

5.1.2 Estrutura organizacional

Para seu funcionamento a Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Manoel Faustino Mendonça_ EMEFEJAMFM possui um quadro composto por mais de 60 (sessenta) funcionários distribuídos da seguinte forma:

a) Diretoria Administrativa

- 1 (uma) Diretora;
- 1 (uma) Vice-Diretora.

b) Equipe Técnica

- 3 (três) Coordenadores.

c) Equipe Administrativa

- 2 (duas) Secretarias;
- 4 (quatro) Auxiliares Administrativos.

d) Equipe de biblioteca

- 1 (uma) Auxiliar de Biblioteca.

e) Equipe docente

- 28 (vinte e oito) Professores.

f) Equipe de informática

- 1 (um) Instrutor.

g) Equipe de merendeiras

- 3 (três) Merendeiras.

h) Equipe de serviços gerais

- 6 (seis) Auxiliares de Serviço.

i) Equipe de vigilância

- 3 (três) Vigilantes.

5.1.3 Oficina de letramento do Projeto Mais Educação

Esta oficina atende a crianças que estudam na Escola Campo, inclusive algumas delas são filhos/as dos estudantes da EJA.

FOTO 2 - A HISTÓRIA DO GATO XADREZ



Fonte: Idem.

FOTO 3- PROJETO MAIS EDUCAÇÃO OFICINA DE BANDA



Fonte: Idem.

FOTO 4 - VISITA À ESTAÇÃO CIÊNCIAS: OFICINA DE MATEMÁTICA PROJETO MAIS EDUCAÇÃO



Fonte: Idem.

Estas experiências são planejadas nos momentos pedagógicos e atingem bons resultados, no tocante à interação proposta.

Visualizamos alguns problemas durante a nossa visita técnica que devem ser destacados e trabalhados neste plano estratégico, a fim de proporcionar um melhor desempenho da escola, para buscar uma qualidade total do ensino:

- 1- A falta de acessibilidade em todo espaço da escola;
- 2- A falta de um refeitório para os alunos;
- 3- O apoio na hora do intervalo;
- 4- Mais inclusão na escola;
- 5- Capacitação continua para os professores.

5.1.4 Missão

Proporcionar uma educação de qualidade, contribuindo na formação do cidadão do futuro.

5.1.5 Visão de Futuro

A visão de futuro da escola Manuel Faustino de Mendonça é de oferecer ao aluno e aos profissionais que nela estão inseridos um ambiente mais acolhedor, aberto às mudanças e a participação da família e da comunidade escolar, como forma de garantir uma educação de qualidade.

5.2 OS IMPACTOS DOS DISCENTES DA EJA

5.2.1 Experiência com a EJA

A experiência de uma das integrantes¹ dessa equipe de estudantes de pedagogia e pesquisadoras deste estudo sobre EJA proporcionou um olhar sobre conhecemos a realidade dos sujeitos da EJA, na Escola Machado de Assis (sala de extensão) que é vizinha à Escola Manoel Faustino de Mendonça. Nesse sentido, percebemos inicialmente que se tratava de

¹Professora Cristina Rocha com formação em magistério e cursando Pedagogia (UFPB) lecionando na educação de jovens e adultos;

uma turma de 20 alunos matriculados no primeiro ciclo (1º e 2º ano), com um público entre 30 e 60 anos onde a sua maioria é do sexo feminino, com varias classes operaria como: empregadas domésticas, catadores de reciclagem e trabalhadores da construção civil. São pessoas de contextos diferentes, mas com realidades similares, pois vê a EJA como uma oportunidade de autonomia para sua vida onde buscam o conhecimento para viver melhor e com qualidade.

Esses sujeitos vivem em contextos diferentes, porém todos com a mesma realidade a sua maioria vêm da zona rural onde trabalharam na lavoura com seus pais.

O relato de um senhor de 50 anos que é aluno da EJA há dois anos consecutivos, *“fui obrigado à deixar de estudar na idade regular porque tinha que cuidar da roça com seu pai para ajudar na renda da família”*. Ele diz que foi um grande desafio voltar para sala de aula depois de muito tempo e quando ele conheceu as letras ficou admirado, mas sua maior felicidade foi quando conseguiu ler as primeiras palavras, que segundo a sua fala em sua visão passava-se apenas de uma paisagem onde ele próprio olhava mais não sabia o seu significado.

Também, nos contou que o objetivo em que o levou a procura a EJA foi a vontade de aprender a ler a bíblia sagrada, que bastante satisfeito falou que hoje eu já consigo ler alguns versículo do livro sagrado.

Já em outro relato, desta vez de uma aluna da mesma turma que a sua vida escolar, também foi interrompida por ter de ajudar a sua família na roça e não podia estudar na sua infância, depois de muitos anos ela viu na EJA a oportunidade que perdeu ao longo dos anos.

Segundo a aluna o motivo que ela teve para enfrentar uma sala de aula foi a necessidade de ajuda os seus filhos com as tarefas escolares, ela também falou que voltar a estudar é uma forma de facilitar o seu dia a dia como saber ler os nomes dos ônibus, saber usar um caixa eletrônico, ler uma receita, pois ela trabalha como empregada doméstica.

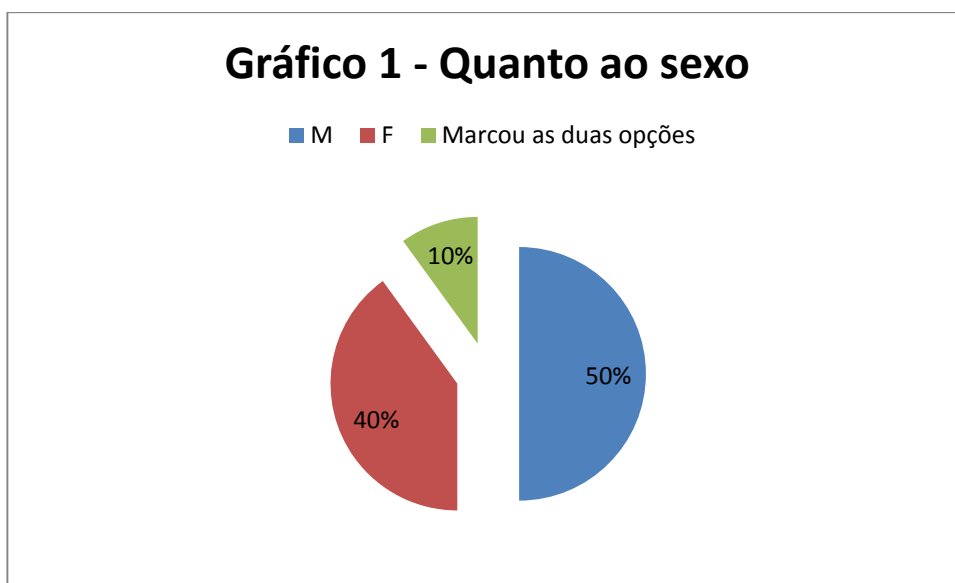
Já a nossa terceira entrevistada da turma, nos contou que quando chegou aqui em nossa cidade foi trabalhar como catadora de reciclagem com seu marido vieram do sertão da Paraíba. Mas ela não gostava do seu trabalho e logo fez amizade com uma vizinha que trabalhava como diarista foi ai que ela pediu para essa amiga arrumar um trabalho para ela, e assim foi feita sua vizinha conseguiu, e ela foi trabalha na casa de uma professora universitária, ela gostou da patroa acertou tudo e assim ficou trabalhando nessa casa por muito tempo, um dia em conversa com sua patroa ela fala que tinha muita vontade de aprender a ler, pois tinha muita vontade de ler as receitas dos livros de culinária foi quando a sua patroa falou dos programas da EJA, que ensina os jovens e adultos um programa que alfabetizava pessoas

que não tiveram a oportunidade em “idade regular,” e, assim, a patroa orienta, que ela procure uma escola próxima a sua casa e se matricule, pois ela era muito jovem e tinha muito o que aprender e assim ela fez já esta na EJA a dois anos e esse ano ela conseguiu trazer o seu marido também para estudar. Enfim, todos os sujeitos da EJA, da turma em questão, vem do mesmo contexto mas com realidades diferentes porem todos com o mesmo objetivos de buscar o conhecimento para mudar a sua própria realidade de vida.

5.2.2 Investigando a realidade discente na Escola Manoel Faustino de Mendonça

Ao questionarmos os estudantes da EJA, levantamos as seguintes questões norteadoras elaboradas no questionário: ‘Qual o seu sexo’; ‘série’, ‘estado civil’, ‘faixa etária’, ‘como está sendo sua aprendizagem’; ‘o que o professor representa para você’; ‘até onde você deseja ir com seus estudos’ e ‘incentivo da família para estudar’.

Nesse sentido, observamos o gráfico I, quanto ao sexo:



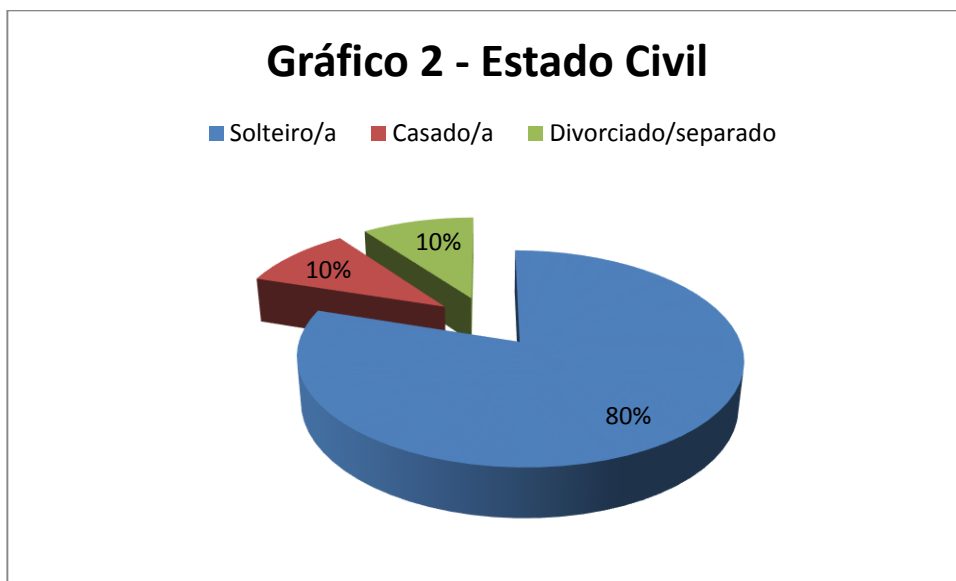
Fonte: Dados sistematizados pelas pesquisadoras, 2015.

Sendo assim, observamos que 50% dos estudantes são do sexo masculino e 40% do sexo feminino, sendo que 10%, o que equivaleu a uma resposta, marcou duas opções, masculino e feminino.

Já no segundo ponto, indagamos sobre a série de ensino e observamos que 02 pessoas responderam que estão cursando a 1ª série e 08 responderam que estão cursando de forma integrada o 1º e 2º anos.

Essa tendência da maioria de cursar de forma integrada reflete a efetivação do que anuncia as políticas públicas para a EJA. Compreendemos, portanto, que essa recorrência tem haver com dois fatores. O primeiro, no tocante, a “correr contra o tempo perdido”. E o segundo, sobre o fato de ponderar a Pedagogia Freireana que orienta a problematizar os conteúdos a partir da leitura do mundo e considerar os conhecimentos dos educandos. Para tanto, o sistema de ensino voltado para a EJA fortalece esse contexto. ´

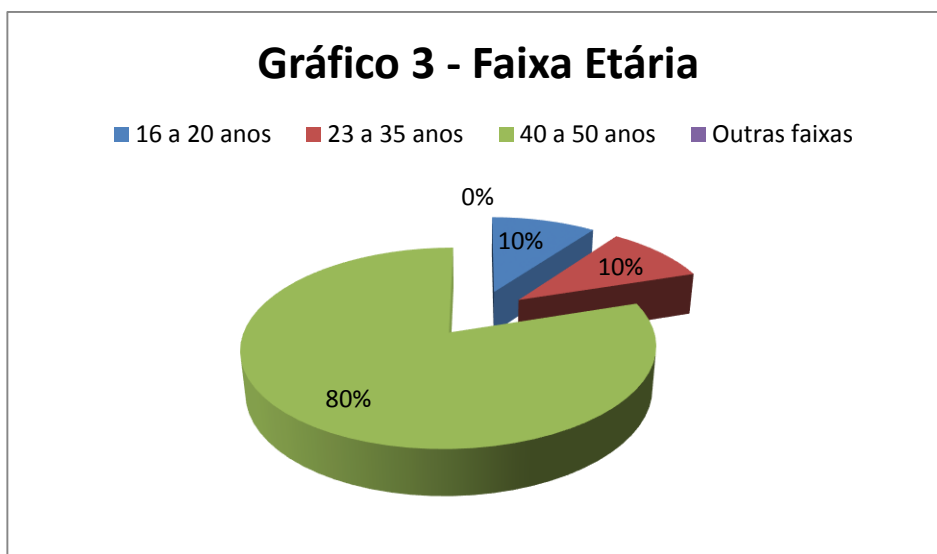
Já quanto ao ‘Estado Civil’, vejamos o Gráfico 2:



Fonte: Idem.

Observamos, assim, que no gráfico 2 sobre ‘estado civil’ 80% corresponde a condição de solteiro/a, enquanto que 10% se declarou casado/a e 10% divorciado/separado. Portanto, a maioria corresponde a um perfil solteiro/a; Vale, no entanto, salientar que em diálogos percebemos que pode ser que no grupo de solteiros, alguns/as não são casados no regime civil, mas possuem cônjuges.

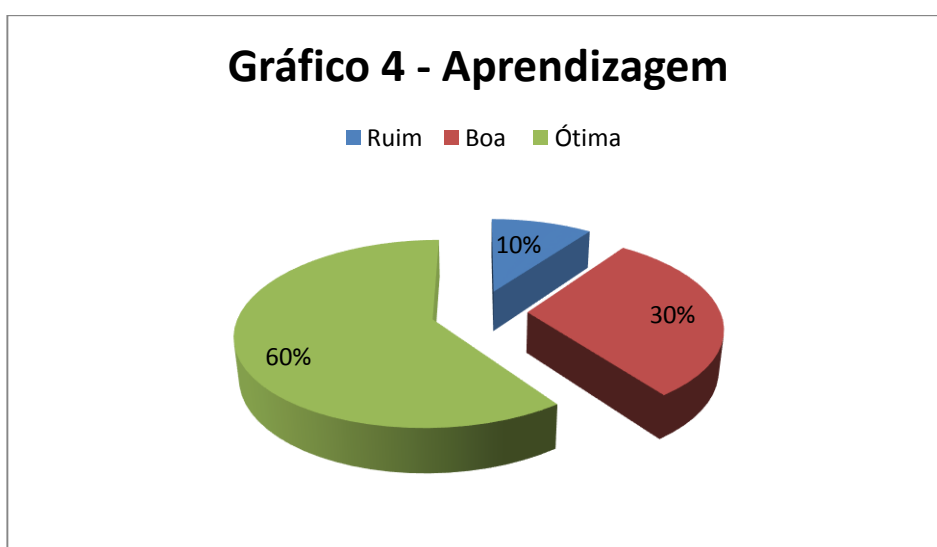
Outra questão sobre o perfil do educando da EJA, sobre a faixa etária, pode ser observada, no gráfico 3:



Fonte: Idem.

Dessa forma, ressaltamos que 10% estão na faixa entre 16 a 20 anos e 10 % na faixa entre 23 a 35 anos. Enquanto que 80% do público estão na faixa etária entre 40 a 50 anos de idade. Ou seja, uma maioria de público adulto não jovem.

O Gráfico 4 apresenta os percentuais sobre a auto avaliação dos discentes, quanto as aprendizagens:



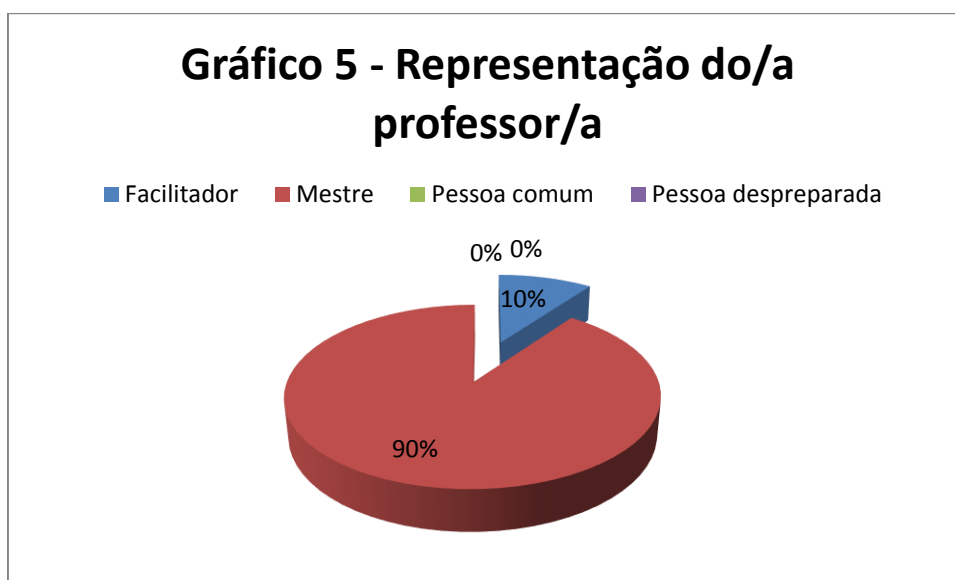
Fonte: Idem.

Ao observarmos o gráfico 4, constatamos que 10% dos alunos consideram a aprendizagem ruim, 30% consideram a aprendizagem boa e 60 % consideram a aprendizagem ótima.

Conforme estabelecido nos Parâmetros Curriculares Educacionais, o educador através de intervenções pedagógicas deve promover a aprendizagem significativa, oportunizando o aluno a elaborar hipóteses e experimentá-las diante de situações problemas.

Segundo a obra de Paulo Freire “Pedagogia do Oprimido” (1974), a escola é um ambiente propício à aprendizagem significativa, na qual a relação professor-aluno se dá através do diálogo, valorizando o respeito mútuo. É importante ressaltarmos que o professor não deve apenas limitar-se aos conteúdos ensinados em sala de aula, mas, sobretudo, levar os educandos a refletirem, a questionarem os conteúdos abordados.

No gráfico 5, observaremos que para 90% dos estudantes de EJA, o professor é representado como um mestre e 10% como um facilitador:



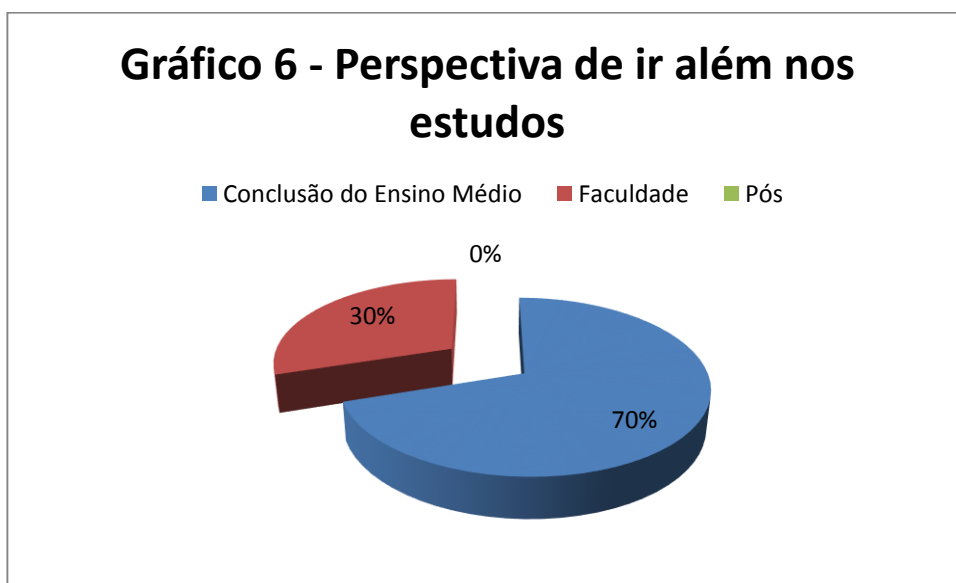
Fonte: Idem.

Diante do resultado podemos afirmar que é desafiador para o mestre a missão de motivar o educando a ser autônomo, crítico, protagonista das decisões da sociedade e do ambiente de que faz parte. Segundo Freire (2011, p.43), a prática pedagógica da sala de aula, não deve ser pensada para o educando, mas com o educando, ele pode e deve apresentar o que de fato é para ele importante aprender.

Dessa forma, o educando deixará a posição de oprimido assumindo a libertação, caso a deseje. Como afirma Freire (2011, p.24), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Então o papel do educador pode ser entendido como um facilitador.

De acordo com Pérez Gomes (2000) a função do professor é ser o facilitador, buscando a compreensão comum no processo de construção do conhecimento compartilhado, que se dá somente pela interação. A aula deve se transformar e provocar a reflexão sobre as próprias ações, suas consequências para o conhecimento e para a ação educativa. Pois segundo Freire (2011, p. 25): “[...] Não há docência sem deiscência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem á condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina alguma coisa a alguém”.

Conforme a perspectiva do ir além dos estudos, à EJA é vista para esses sujeitos como oportunidade de mudar de vida, já para alguns vai além do concluir o ensino médio, visa a oportunidade de ingressar em uma faculdade. Desta forma, em meio a indagações de alguns alunos, que quando conseguir ingressar em um ensino superior será uma realização pessoal que lhe proporcionará mudanças na área profissional, alterando em sua realidade atual.



Fonte: Idem.

Então, podemos observar no gráfico a cima que o número de candidatos que concluem o ensino médio é de apenas 70%, considerando que apenas 30% declarou que pretendem ingressar em uma faculdade. A opinião de fechar o ciclo ou etapa do ensino médio é recorrente porque está bastante associada a ideia de cumprir uma etapa e de melhorar o currículo para conseguir empregos e fazer concursos. Compreendemos que é necessário incentivar e motivar novas etapas de estudos, indo além do ensino médio.

5.3 O OLHAR DOCENTE SOBRE O RETORNO DOS DISCENTES DA EJA À SALA DE AULA

Continuando a nossa investigação, além da pesquisa com os estudantes, realizamos outra pesquisa aplicada, com dois professores/as de turmas de EJA, sendo um professor e uma professora, em que os dois declararam já ter mais de cinco anos de experiência em sala de aula.

Nesse intuito, apresentamos cinco quadros respostas a propósito do olhar docente sobre o retorno dos estudantes à sala de aula. Estabelecemos um diálogo com estes docentes a partir das seguintes questões: quais são os maiores desafios que os educadores/as tem enfrentado em sala de aula? O que você acha dos recursos que são oferecidos e utilizados na EJA? Como acontece a relação professor/aluno e como ocorre? Na sua opinião, quais os fatores que influenciam para que os alunos de EJA se evadam e retornem a escola por sucessivas vezes? E, por fim, se os conteúdos apresentados aos alunos são de fácil compreensão.

O Quadro 1 sistematiza a primeira questão: quais são os maiores desafios que os educadores/as tem enfrentado em sala de aula?

| QUADRO 1 - DESAFIOS QUE OS EDUCADORES/AS TEM ENFRENTADO EM SALA DE AULA | |
|---|--|
| PROFESSOR/A | RESPOSTA |
| PROFESSOR A | [...] Política educacional que seja condizente com certos discursos governamentais que muitas vezes não chegam a ponte (educadores, sala de aula, etc). (<i>sic.</i>). |
| PROFESSOR B | [...] Falta de materiais adequados para trabalhar, falta de Formação, tipo de cursos oferecidos pelos órgãos competentes. |

Fonte: Dados sistematizados pelas pesquisadoras, 2015.

Analizamos que as respostas possuem sintonia em relação às dificuldades na ordem da implementação das políticas públicas no chão da escola, direcionadas a EJA. No entanto, o/a

professor/a B focalizou melhor em duas dimensões: a problemática do material didático e da Formação docente (insuficiência e a forma, por vezes, inadequada).

Em nossa segunda abordagem indagamos sobre os recursos que são oferecidos e utilizados na EJA. Esta questão diz respeito sobre um dos pilares didático-pedagógico necessário ao desenvolvimento da qualidade de ensino em quaisquer modalidades, e, também, necessária na EJA:

| QUADRO 2 - RECURSOS QUE SÃO OFERECIDOS E UTILIZADOS NA EJA | |
|--|---|
| PROFESSOR/A | RESPOSTA |
| PROFESSOR A | [...] os recursos ainda são muito escassos, a Educação de Jovens e Adultos embora seja uma modalidade de ensino regulamentada por lei, ainda existe poucas produções científicas que contribuam para uma prática significativa. |
| PROFESSOR B | [...] Defasados. |

Fonte: Idem.

Analisando a sintonia das respostas, dos professores A/B fica evidente que as políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos, precisa reverem as suas metas que construa uma proposta curricular que seja estimulada por uma produção científica de forma que atenda os educandos e educadores, específico da EJA, possibilitando a suprir suas dificuldades.

Nesse novo questionamento procuramos saber sobre como acontece a relação professor/aluno e como ocorre?

| QUADRO 3 - A relação professor/aluno na EJA | |
|---|--|
| PROFESSOR/A | RESPOSTA |
| PROFESSOR A | [...] A relação professor e aluno deve ser sempre pautada no diálogo e na confiança. Não se tem ensino, muito menos aprendizagem, sem esse pressuposto: diálogo e confiança. |

| | |
|-------------|---|
| PROFESSOR B | [...] Uma relação de companheirismo, cumplicidade e acima de tudo transmissores e facilitadores de aprendizado. |
|-------------|---|

Fonte: Idem.

As respostas dos professores revelam bastante do posicionamento adotado por ambos em sala de aula. Apesar de simples, as respostas denunciam a preocupação dos educadores em tornar a sala de aula num ambiente mais participativo e cooperativo.

Percebe-se nas respostas dos professores a mudança do velho paradigma de que o professor detinha todo o conhecimento e apenas repassava para o aluno. Nas sábias palavras dos educadores podemos encontrar resquícios dos ensinamentos de Paulo Freire, o qual sempre destacou a importância da participação e da emancipação do educando no processo de aprendizagem.

No Quadro 4, observaremos as respostas sobre quais os fatores que influenciam para que os alunos de EJA se evadam e retornem a escola por sucessivas vezes:

| QUADRO 4 - FATORES QUE INFLUENCIAM A RECORRÊNCIA DA EVASÃO NA EJA | |
|---|---|
| PROFESSOR/A | RESPOSTA |
| PROFESSOR A | [...] Vários são os fatores, entre eles podemos citar: a entrada no mercado de trabalho precocemente, em certos casos, uma escola que não dá significado ao que se ensina, etc. |
| PROFESSOR B | [...] Muitas das vezes o cansaço diário (<i>sic.</i>) a falta de estímulos e também alguns professores colaboram com essa evasão, por não tornarem suas aulas dinâmicas e agradáveis. |

Fonte: Idem.

Consideramos que as respostas apresentadas por ambos têm a mesma reciprocidade a respeito da evasão escolar na EJA, em que eles afirmam a existência de vários fatores para que essa evasão ocorra. Ressaltando que nem sempre a escolar corresponde as expectativas do aluno, e que a jornada de trabalho e a falta de um novo olhar por parte dos professores, também é um dos grandes fatores que os levam à evasão escolar.

Por fim, no Quadro 5, procuramos saber se os conteúdos apresentados aos alunos são de fácil compreensão:

| QUADRO 5 - NÍVEL DE COMPREENSÃO DOS CONTEÚDOS APRESENTADOS AOS ALUNOS DA EJA | |
|--|---|
| PROFESSOR/A | RESPOSTA |
| PROFESSOR A | [...] Devem sempre ser coerentes e que atenda de forma significativa com os sujeitos de tal modalidade de ensino, no caso em questão, a Educação de Jovens e Adultos. |
| PROFESSOR B | [...] Sim, sempre planejados de acordo com a necessidade de cada um. |

Fonte: Idem.

As respostas dos professores/as A e B se complementam na perspectiva em realizar “aprendizagem significativa”, associada ao “planejamento”, como condições para garantia de um bom nível de compreensão dos conteúdos na EJA. Corroboramos com Fonseca (2002), quando este assinala a importância de se construir sentido coletivo ao repensarmos o ato de ensinar e aprender, acreditando que o sentido se constrói à medida que a rede de significados ganha corpo, seja nos questionamentos sobre as experiências, desejos, necessidades até a funcionalidade e razão para se aprender o conteúdo escolar, perspectivas que também acreditamos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se analisarmos todos os fatores que levam um país a ser considerado desenvolvido e destacássemos os principais, o fator Educação, provavelmente, estaria encabeçando essa lista. A educação deve ser considerada fator primordial para o futuro promissor de uma nação, pois todos os outros requisitos para o desenvolvimento, tais como, a tecnologia e a economia, são antecidos pela educação. Não há avanço tecnológico sem uma boa educação voltada ao avanço científico, da mesma forma que não há de se falar em políticas econômicas se não formarmos bons economistas e outros profissionais necessários às análises políticas. A educação encontra-se no centro das prioridades ao passo que todas as outras orbitam ao seu redor. A nação que coloca a educação em segundo plano jamais terá suas pretensões de desenvolvimento econômico e tecnológico alcançadas.

Quando a temática a ser discutida é a Educação de Jovens e Adultos, o quadro se agrava ainda mais, principalmente, em países como o nosso que não dão a importância devida a esse bem indispensável. Convencer um grupo de educandos a continuarem seus estudos até o mais alto grau de instrução é tarefa árdua, sobretudo, quando estes educandos trazem na sua trajetória sucessivas tentativas interrompidas para se educarem e que, por isso, já possuem a autoestima ferida por não possuir instrução suficiente para os serviços mais simples ou por nem conseguir ler e/ou escrever.

Desta forma, pode ser ressaltada a necessidade da construção de uma proposta curricular que atenda os alfabetizandos, um currículo que contemple conhecimentos prévios trazidos pelos discentes, respeitando a realidade e o contexto em que esses alunos estão inseridos.

Diante dos percalços que a Educação ainda enfrenta, entendemos a educação como um direito constitucional de todos e para todos, mediante as pesquisas realizadas resolvemos nós adentrar na problemática existente no que diz respeito ao acesso e à evasão escolar dos sujeitos advindos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

No entanto, para que pudéssemos compreender e conhecer as dificuldades e expectativas destes sujeitos na continuidade dos seus estudos tivemos que fazer todo um percurso histórico e político, para entender a realidade existente na EJA.

Posteriormente, refletimos sobre as mudanças e os amadurecimentos das ações das políticas públicas na modalidade da Educação de Jovens e Adultos buscando entender as medidas legislativas que ainda precisam ser analisadas para uma aprendizagem ao longo da vida.

Sabe-se que os sujeitos advindos da EJA, são adolescentes, adultos e idosos que ultrapassam barreiras sociais durante sua trajetória escolar, na possibilidade de recuperar o tempo perdido, diante desta situação podemos afirmar que é de grande importância para o bem estar destes sujeitos a construção de uma escola, igualitária e equânime de todos e para todos.

Após a experiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Manoel Faustino de Mendonça, podemos afirmar que o problema ainda encontra-se longe de ser solucionado, haja vista que faltam condições mínimas para o bom desempenho da tarefa de educar esse grupo de educandos. Além da falta de estrutura física, faltam materiais didáticos adequados, cursos de capacitação dos educadores, reconhecimento na forma de bons salários para os professores etc.

Então para se chegar a uma compreensão apurada a respeito desta modalidade citada acima, tivemos que procurar elementos que pudessem responder as questões apresentadas pesquisar a respeito da evasão escolar e quais são os motivos que os fazem retornar à sala de aula, onde percebemos que vai além do ler e escrever, alguns estão na busca de um emprego melhor para o sustento da família, ou seja, em busca de uma nova perspectiva de vida.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, Ana Paula Bastos. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2001.

ARROYO, Miguel G.. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, 14 Nilma L. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte/MG, Autêntica, 2005.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História do Brasil, da Colônia à República**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópoles: Vozes, 2002.

BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Moderna, 2012.

_____. Governo Federal/MEC (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. LEI n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer 11/200º. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, maio 2000.

_____. MATRIZ DE REFERÊNCIA COMENTADA/ Matemática, Leitura e Escrita. **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/sedac/arquivos/pdf/brasilalfabetizado/matriz_referencia.pdf Acesso em 30 de junho de 2015.

_____. **Resumo Técnico**. Cursos de Educação Superior de 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacaobasica/censoescolar/resumostecnicos/resumotecnocoseducacaobasica2012.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: MANIFESTAÇÃO DO CNE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 8.035/2010 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011-20.

_____. Documento Referência CNE. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8054-manifestacao-cne-26-05-2011. Acesso em: 04 Marc. 2016.

_____. UNESCO. Resultado unesdoc. Disponível em: <http://unesco.org/images/0016/001626/162640por.pdf>. Acesso em: 04 Marc. 2016.

DI PIERRO, M.C. **A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas** <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf> acesso em 04 Marc.2016.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Ação Cultural para a Libertação e outros escritos**. 5ª ed., Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1974.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA: uma educação possível ou mera utopia?** Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em 21 de janeiro de 2015.

MARTINS, Venício José. **As Conferências Internacionais de Educação de Adultos do Século XX (CONFITEAS): concepções e propostas**. [Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFETMG]. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www2.et.cefetmg.br/permalink/9f785d21-5869-11df-9c99-00188be4f822.pdf>. Acesso em: 22 de julho de 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DPA Editora, 2004.

PAIVA, V. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1973.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf.. Acesso em 19 de dezembro de 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos: um olhar para o retorno dos discentes ao processo de escolarização

Pesquisadoras: Célia pereira de Lima Ribeiro
Cristina Rocha da Silva
Suzana Maria de sena F. Silva - Graduanda em Pedagogia

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como objetivo Compreender os impactos que os alunos da EJA sofrem quando retornam aos estudos, na Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Manoel Faustino de Mendonça na cidade de Santa Rita. Sua participação dar-se-á através de entrevista aprofundada, marcada com antecedência. Todas as informações obtidas neste estudo são estritamente confidenciais, portanto, será mantido sigilo sobre o seu nome ou sobre algum dado que o identifique. Não haverá nenhum risco ou desconforto ao participante, assim você poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haverá necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável. Ao final da pesquisa você terá livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com o pesquisador. Ao dar a sua autorização por escrito, assinando a Permissão, as reflexões, por você desenvolvidas, serão utilizadas no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e em futuras publicações. O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa e você poderá entrar em contato com as pesquisadoras Célia pereira de Lima Ribeiro, tel. (83) 8839-35712; Cristina Rocha da Silva, tel. (83) 8853-7198; Suzana Maria de sena F. Silva, tel. (83) 8865-6513 ou da orientadora da pesquisa Prof.^a Ana Paula Romão, tel. (83) 8802-6112.

Tendo em vista o acima exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Local e Data

Assinatura das entrevistadoras

Célia Pereira de Lima Ribeiro
Cristina Rocha da Silva
Suzana Maria de Sena Feitosa Silva – Pesquisadora

Profa. Dra. Ana Paula Romão – Orientadora

APÊNDICE B – Questionário com os Professores

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES

1) Há quanto tempo atua na EJA?

() há menos de um ano

() 2 anos

() 3 anos

() 5 anos

2) Quais são os maiores desafios que os educadores da EJA, tem enfrentado na sala de aula?

3) O que você acha dos recursos que são oferecidos e utilizados na EJA?

4) Como acontece a relação professor e aluno como ocorrer?

5) Na sua opinião, quais os fatores que influenciam para que os alunos de EJA se evadam e retornem a escola por sucessivas vezes?

6) Os conteúdos apresentados aos alunos são de fácil compreensão?

APÊNDICE C – Questionário com os Alunos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO QUESTIONÁRIO COM OS ALUNOS

1) Qual o seu sexo?

☐ Masculino ☐ Feminino

2) Qual sua série?

☐ 1º ☐ 2º ☐ 3º

3) Qual seu estado civil?

☐ Solteiro ☐ Casado ☐ separado \ divorciado

4) Em qual faixa etária você se enquadra?

☐ 16 a 20 ☐ 23 a 35 ☐ 40 a 50

5) Como está sendo sua aprendizagem?

☐ regular ☐ boa ☐ ótima

6) O que o professor representa para você?

☐ um facilitador ☐ Uma pessoa comum

☐ um mestre ☐ uma pessoa despreparada

7) Até onde você deseja ir com seus estudos?

☐ Concluir apenas o médio ☐ Fazer faculdade ☐ Fazer pós-graduação

8) Você tem incentivo da família para estudar de quem?

